

Biblioteca Centro de Memória de Campinas



CMUHE018654

GUGLIELMINETTI, Rose. Pais querem devolução do dinheiro da merenda: representantes do Conselho Municipal vão à Justiça pedir reembolso de R\$ 18,7 milhões aos cofres públicos. Correio Popular, Campinas, 01 fev., 2001.

Representantes dos pais do Conselho Municipal de Merenda vão entrar na Justiça para pedir a devolução de aproximadamente R\$ 18,7 milhões pagos pela Prefeitura de Campinas às empresas terceirizadas de merenda nos últimos três anos. Eles entendem que, ao reduzir em 40% o valor da merenda em 2001, servindo, em tese, a mesma quantidade sem perder a qualidade, as empresas deixaram claro que poderiam ter prestado o mesmo serviço durante este período por um custo menor. "Os fornecedores de merenda assinaram abaixo que os preços poderiam ter sido menores e há um claro indício de superfaturamento. Por que não reduziram o valor antes? Baseados neste fato acredito que é possível entrar com uma ação contra as empresas e a Administração Chico Amaral (PPB) exigindo a devolução do dinheiro pago a mais aos cofres públicos", disse o representante dos pais das escolas da Prefeitura, Henri Maeda.

DEVOLUÇÃO

No ano passado, por exemplo, pelas cerca de 170 mil refeições/dia a Administração Municipal pagou R\$ 24.708.075,60. Para este ano, foi firmado com as quatro empresas fornecedoras um termo de acordo e de renegociação dos valores dos contratos, que estará valendo por um ano, em R\$ 14.989.604,92. Em 99, a Prefeitura de Campinas pagou cerca de R\$ 20,9 milhões. Antes da terceirização, o gasto anual com a

merenda escolar girava em torno de R\$ 11 milhões/ano.

O representante dos pais das escolas estaduais Isaac Martins é da mesma opinião de Maeda. "Não podemos fazer de conta que não houve nada. As empresas não iriam reduzir o custo para ter prejuízo. Com certeza elas continuam ganhando. Se receberam mais do que deveriam elas terão que devolver o dinheiro", disse ele.

PAGAMENTO EM DIA

A assessoria de imprensa das empresas informou que a redução do preço da merenda foi possível porque vão ser implantadas algumas medidas que irão diminuir o custo da produção das refeições. Dentro

das mudanças, estão o pagamento em dia e acerto da dívida de R\$ 7 milhões. Além disso, cada empresa criará uma central de produção de refeições, deixando de cozinhar a comida nas escolas, e a substituição dos gêneros alimentícios que são utilizados atualmente nos cardápios por outros produtos mais baratos.

A assessoria reforçou que a troca não irá prejudicar os alunos porque as empresas estarão atendendo a necessidade calórica da criança para cada refeição. As empresas informaram ainda que o contrato não foi renegociado porque os integrantes da Administração anterior nunca pediram para renegociar a dívida.

CONVOCAÇÃO CONSELHO

Os conselheiros questionam o fato da secretária de Educação Corinta Geraldi ter negociado com as fornecedores de merenda sem ouvir o Conselho. "Apesar de ser consultivo temos o direito de saber quais são as decisões que estão sendo tomadas", disse Maeda.

A última reunião dos membros do Conselho de Merenda, de acordo com Martins, aconteceu no dia 20 de Dezembro. "Temos um contrato de merenda que irá vencer na próxima semana e até agora não sabemos o que está acontecendo", disse o representante das escolas estaduais. Eles disseram que entraram em contato com a secretária de Educação pedindo o agendamento de uma reunião.



Merenda escolar: repetições encarecem preço final do serviço